

CMN aprovará hoje mudança na economia

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, convocou ontem, já no inicio da noite, a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) para as 17h30 minutos de hoje, com a finalidade de aprovar as medidas do "pacote" econômico a ser anunciado pelo presidente José Sarney. Dessa forma, o ministro antecipou a reunião que normalmente acontece no último dia útil de cada mês. Não houve distribuição prévia da pauta da reunião.

Consta que deverão ser aprovadas as seguintes medidas: proibição da concessão e renovação de contratos de cheque especial, criação de um depósito compulsório para as compras de dólares nas viagens ao exterior e algumas mudanças no mercado de títulos públicos e privados, além de outras que entrarão na última hora. Ontem à noite, autoridades do Ministério da Fazenda e do Banco Central estavam reunidas para o acerto da pauta de emergência do CMN.

Cheque especial

Segundo fontes do mercado financeiro, o CMN proibirá os bancos a renovar e realizar novos contratos de cheque especial, como uma forma de reduzir o consumo. A decisão viria, segundo essas fontes, complementar a Resolução nº 1.146, baixada pela reunião do Conselho do último dia 26, estabelecendo um redutor de 20% nos créditos concedidos às pessoas físicas, tendo como base a posição de 30 de maio último.

Esse redutor será aplicado da seguinte forma: 7% até 31 deste mês, outros 7% até 29 de agosto e 6% até 30 de setembro. Acontece que o redutor foi estabelecido na reunião do Conselho Monetário de 26 de junho, e até aquela data os bancos já haviam concedido um grande volume de créditos através de cheques especiais. Como as instituições financeiras, para se ajustarem aos novos limites, suspenderam praticamente todas as operações de empréstimos às pessoas físicas, então houve uma maciça recorrência aos cheques especiais, que os clientes costumam usar seletivamente. Por causa disso, os limites dos bancos ficaram prejudicados. Daí a intenção de vedar a renovação e a assinatura de contratos novos, até que a situação se normalize.

O CMN poderá ainda estabelecer um compulsório na compra de dólares pelos turistas brasileiros em viagens ao exterior, retornando a exigência que vigorou durante o governo Geisel. Esse critério pode variar entre 10% e 50% da quantia adquirida. Para não estimular o mercado negro do dólar, o Banco Central tende a permitir saques maiores (hoje eles são de US\$ 500 para viagens na América Latina e US\$ 1.000 para outros continentes).

Outra medida que deve ser aprovada hoje pelo CMN será alterar o conceito sobre operações de curto prazo no open market. Atualmente, esse conceito é de 16 dias e deverá ser aumentado.